

Guia do IEB:  
o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros







UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Prof. Dr. João Grandino Rodas *Reitor*

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz *Vice-reitor*



INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

Profa. Dra. Ana Lúcia Duarte Lanna *Diretora*

Profa. Dra. Marta Rosa Amoroso *Vice-diretora*

Guia do IEB:  
o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros

São Paulo, maio de 2010





# Sumário

## Guia do acervo do IEB 13

O Instituto de Estudos Brasileiros 15

Diretores do IEB 23

Apresentação deste guia 25

## Documentos de política de acervo 29

Acesso a acervos de escritores e intelectuais 31

Critérios para incorporação de acervos ao IEB/USP 33

Política de acervo para o IEB 37

A digitalização de acervos 41

## Acervo 55

Apresentação do Acervo 57

■ Fundos

■ Coleções

■ AFRÂNIO ZUCCOLOTTO 60

■ ALBERTO LAMEGO 62

■ ALEIJADINHO 66

■ ALEX FLEMMING 68

■ ALFREDO ELLIS JR. 70

■ ALICE PIFFER CANABRAVA 72

■ ANITA MALFATTI 74

■ ANTÔNIO DE ALCÂNTARA MACHADO 78

■ ARACY C. GUIMARÃES ROSA 80

■ AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E  
OCUPAÇÃO DA REITORIA DA USP 82

■ BARÃO DE ITARARÉ 84

■ BERNARDINO FICARELLI 86

- BRASIL E AMÉRICA LATINA NA IMPRENSA AMERICANA 88
- CAIO PRADO JR. 90
- CAMARGO GUARNIERI 94
- CARLA MILANO 98
- CARLOS ALBERTO PASSOS 100
- CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE 102
- CIDADE DE SÃO PAULO 104
- CORREIO PAULISTANO 106
- EDMAR FERRETI 108
- ELIAS ÁLVARES LOBO 110
- ERMELINDO NARDIN 112
- ERNANI SILVA BRUNO 114
- FERNANDO DE AZEVEDO 118
- FERNANDO MENDES DE ALMEIDA 120
- FRANCISCO MIGNONE 122
- FREITAS VALLE 124
- GILMAR DE CARVALHO 126
- GRACILIANO RAMOS 128
- GRUPO LAMPIÃO 132
- GUILHERME DE ALMEIDA 134
- GUMERSINDO DE ARAÚJO BESSA 136
- HÉLIO LOPES 138
- HELOISA PIRES FERREIRA 140
- INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA 142
- ISA ADERNE 144
- ISAAC NICOLAU SALUM 146
- ÍTALO CAMPOFIORITO 148
- JOÃO GUIMARÃES ROSA 150

- JOHN WILSON DA COSTA 154
- JORGE TIBIRIÇÁ FILHO 156
- JOSÉ ADERALDO CASTELLO 158
- JOSÉ BENTO FARIA FERRAZ 160
- JOSÉ FELICIANO DE OLIVEIRA 162
- JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES 164
- JOSÉ PANCETTI 166
- JUAREZ BEZERRA DE MENEZES 168
- JULIETA DE GODOY LADEIRA 170
- JULIETA TELLES DE MENEZES 172
- JULITA SCARANO 174
- JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO PAULO 176
- LÉLIA ABRAMO 180
- LÍDIA BESOUCHET 182
- LINO MOREIRA 184
- LITERATURA POPULAR – CORDEL 186
- LUPE COTRIM GARAUDE 188
- MACHADO DE ASSIS 190
- MARIA THEREZA DE ARRUDA CAMARGO 192
- MARIANA QUITO 194
- MÁRIO DE ANDRADE 196
- MARTA ROSSETTI BATISTA 202
- MARTHA E ERICO STICKEL 204
- MEDICINA POPULAR E HOMEOPATIA 206
- MILTON SANTOS 208
- MONTEIRO LOBATO 210
- MUSEU DA LITERATURA BRASILEIRA 212
- NEWTON FREITAS 214
- NILO SCALZO 216
- OBRAS RARAS DO ARQUIVO NACIONAL 218

- ODETE DE BARROS MÖTT 220
- OSMAN LINS 222
- OSWALD DE ANDRADE 224
- PALACE HOTEL – POÇOS DE CALDAS 226
- PETER WILHELM LUND 228
- PIERRE MONBEIG 230
- PLÍNIO BARRETO 232
- POLÍTICA PAULISTA 234
- POSTAIS DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA 236
- RAUL DE ANDRADA E SILVA 238
- RODRIGUES DE AZEVEDO 240
- SEGREDOS E REVELAÇÕES DA  
HISTÓRIA DO BRASIL (1954-1956) – *O CRUZEIRO* 242
- SEMANA DE ARTE MODERNA – CINQUENTENÁRIO 244
- SÉRGIO DE MORAES 246
- TARSILA DO AMARAL 248
- THEON SPANUDIS 250
- UACURY RIBEIRO DE ASSIS BASTOS 252
- VALDOMIRO SILVEIRA 254
- VERIDIANA PRADO 256
- WALDISA RUSSIO CAMARGO GUARNIERI 258
- YAN DE ALMEIDA PRADO 260
- YOLANDA MOHALYI 264

**Documentação resultante de pesquisa** 267

Tabela dos acervos 286

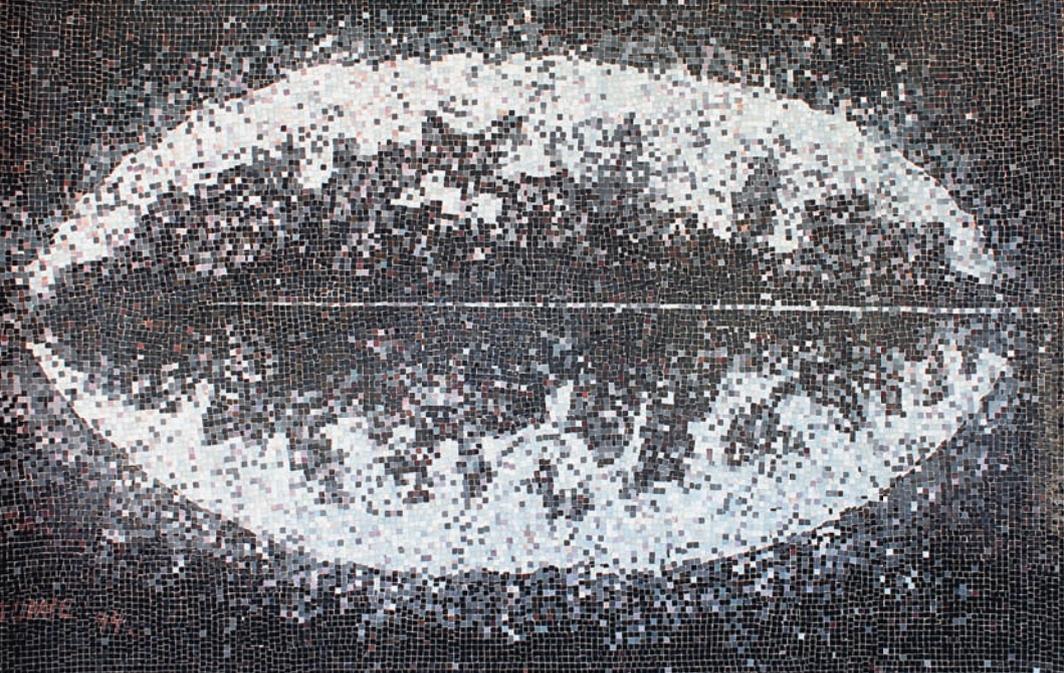
Identificação das peças cujos detalhes  
foram reproduzidos ao longo deste livro 290

Relação de docentes e funcionários do IEB 300



# Guia do acervo do IEB





O Instituto de Estudos Brasileiros, criado em 1962 pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, é um órgão de integração da Universidade de São Paulo que tem como desafio fundador a reflexão crítica sobre a sociedade brasileira por meio da articulação de diferentes áreas das humanidades. As atividades de pesquisa se fazem associadas à preservação dos acervos culturais sob sua guarda. Essa articulação é constitutiva do IEB e tem sido responsável pelo seu permanente e crescente reconhecimento acadêmico. No cumprimento de sua missão, o Instituto agrega trabalhos desenvolvidos por seu corpo docente e técnico e pesquisas de outros professores da USP e de outras instituições nacionais e internacionais.

O corpo docente do IEB é atualmente composto por treze professores e um colaborador sênior de diversas áreas do saber que desenvolvem pesquisas, oferecem cursos e disciplinas optativas de graduação e pós-graduação, além de orientar alunos em todas as etapas da formação acadêmica. Desde 2008, sedia programa próprio de pós-graduação: *Culturas e Identidades Brasileiras*.

O Instituto de Estudos Brasileiros oferece também todas as modalidades de cursos e atividades de cultura e extensão universitária, destacando-se seu curso de especialização em *Organização de Arquivos*. Exposições de curta e longa duração dão face pública aos acervos, revelando, como o restante das atividades realizadas, a associação imprescindível entre acervo e pesquisa. Edita, dentre outros títulos, a *Revista do IEB*. Os profissionais do IEB – arquivistas, bibliotecários, especialistas em museologia, restauradores e analistas de informática – participam ativamente dessas ações, viabilizando a salva-guarda adequada dos acervos e sua extroversão qualificada, assim como supervisionam estágios, etapa fundamental na formação de alunos que complementam sua formação universitária.

O IEB tem sob sua responsabilidade acervos excepcionais que são devidamente preservados e extrovertidos, fato reconhecido com a premiação *Rodrigo Melo Franco de Andrade*, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1995, na categoria preservação de acervos culturais móveis e imóveis. As *Brasilianas* de Yan de Almeida Prado e de Alberto Lamego foram as coleções iniciais. A primeira, com 10 mil volumes, é composta por



Fachada da sede atual do IEB, situada na Cidade Universitária da USP, em São Paulo.

obras originais do período colonial e Brasil independente, considerada uma das mais importantes, no que se refere às obras de viagens dos séculos XVI ao XX. A segunda contém várias obras raras e manuscritas em que se salienta a *Crônica de Nuremberg* de 1493. Agregaram-se a estas duas, acervos de escritores, destacando-se os de Mário de Andrade (compra em 1968), Guimarães Rosa (compra em 1973) e Graciliano Ramos (doação em 1980 e complementação em 1984). Intelectuais e pensadores fundamentais para o estudo da sociedade brasileira tiveram seus acervos incorporados pelo IEB como Caio Prado Jr. (compra em 2001), Fernando de Azevedo (doação em 1970), Pierre Monbeig (doação em 1990 e complementação em 1995) e mais recentemente Milton Santos (doação em 2009). Ainda integram este universo, artistas como Anita Malfatti (doação



Arquivo do IEB. Detalhe do acondicionamento de postais do Fundo Aracy C. Guimarães Rosa.

em 1989), Alex Flemming (doação em 1998 e complementação em 2000 e 2001), Bernardino Ficarelli (doação em 1991) e Camargo Guarnieri (doação em 2000), além de críticos de arte como Theon Spanudis (doação em 1987). A crítica social presente nas trajetórias destes intelectuais aparece também nas várias coleções de cordéis (do folheto ao livro, da matriz à gravura, da poesia à música) e caricaturas, com destaque para a pertencente ao Barão de Itararé. A expansão do acervo ao longo dos anos revela uma ampliação de temas, personalidades e abordagens sobre o Brasil.

As atividades de preservação, organização e extroversão do acervo implicam no desenvolvimento de um conjunto específico de ações que começa pela garantia de condições técnicas adequadas para a conservação e vão até a disponibilização para a pesquisa deste



Vista interna da Biblioteca do IEB, mostrando parte da Coleção José Feliciano de Oliveira.

patrimônio, tanto por meio de consulta presencial quanto *on-line*. Este trabalho cotidiano associa os saberes acumulados por docentes e técnicos, materializando-se em teses e publicações, catálogos e exposições, visitas e oficinas, guias e instrumentos de pesquisa.

De acordo com a especificação técnica, os diversos conjuntos documentais, mantidos integralmente, são trabalhados pelo **Arquivo, Biblioteca e Coleção de Artes Visuais**, a fim de garantir a preservação, organização e disponibilização pública.

O **Arquivo** surgiu em 1968, integrado à Biblioteca. O crescimento do acervo, com a chegada de sucessivos arquivos pessoais, motivou sua criação como setor independente, a partir de 1974, com o objetivo de receber, organizar, preservar e divulgar o acervo documental, visando oferecer fontes primárias para pesquisa.



Vista interna da reserva técnica da  
Coleção de Artes Visuais do IEB,  
vendo-se em primeiro plano a tela  
*O mamoeiro*, de Tarsila do Amaral.

A **Biblioteca** é considerada hoje uma das mais ricas em assuntos brasileiros, aproximando-se dos 180 mil volumes entre livros, periódicos, teses, separatas e partituras. Dentre as suas raridades, estão obras dos séculos XVI, XVII e XVIII, bem como outras tantas com dedicatórias e marginais. Originou-se da famosa *Brasiliiana* do historiador paulista Yan de Almeida Prado, comprada pela USP em 1962. Desde então, por compra ou doação, a Biblioteca vem recebendo novas coleções, mantidas em sua unidade com os nomes de seus antigos proprietários. Junto a elas, possui a Coleção Geral, composta de doações, permutas e compras. Também merece destaque o conjunto de 2 822 títulos de revistas, alguns raros.

A **Coleção de Artes Visuais** iniciou-se com a compra, em 1968, da coleção formada por Mário de Andrade: artes plásticas; religião e



Limpeza de obra do acervo pelo Laboratório de Conservação e Restauro do IEB.

magia, música e dança, cotidiano; e objetos relacionados à Revolução de 1932. Esta coleção permaneceu como único acervo até 1981, a partir de então novas incorporações foram realizadas. No final da década de 1970, iniciaram-se mostras periódicas em torno do acervo que compõe o IEB.

Também estão diretamente envolvidos na preservação, organização e extroversão dos acervos o **Laboratório de Conservação e Restauro** e o **setor de digitalização**. O primeiro, criado em 2003, é especializado em papel, uma vez que grande parte do acervo se compõe deste suporte. Uma de suas principais atividades é avaliar permanentemente as condições dos documentos, livros ou obras de arte, realizando atividades de conservação preventiva e, quando necessário, intervenções técnicas de restauro.



Setor de Digitalização, Seção de Processamento de Imagem e Reprografia, Laboratório de Informática do IEB.

A estruturação do **setor de digitalização** do IEB iniciou-se em 2004. Ao longo destes anos o setor ampliou e atualizou seus equipamentos, qualificou seus funcionários, estabeleceu critérios e diretrizes para a constituição e disponibilização de acervos digitais, desenvolveu bancos de dados e mecanismos de consulta *on-line*. Produz, em média, 100 mil imagens digitais/ano atendendo, além dos projetos do IEB, várias unidades da USP e pesquisadores de várias instituições nacionais e internacionais.



Sū q̄c mātan

de dicit et fca

curata sūc

E  
L  
A



## PRIMEIRA DIRETORIA (1962 – 1964)

Diretor e fundador *Prof. Dr. Sérgio Buarque de Holanda*

Vice-Diretor *Prof. Dr. Aroldo de Azevedo*

## SEGUNDA DIRETORIA (1964 – 1966)

Diretor *Prof. Dr. Egon Schaden*

Vice-Diretor *Prof. Dr. Sérgio Buarque de Holanda*

## TERCEIRA DIRETORIA (1966 – 1981)

Diretor *Prof. Dr. José Aderaldo Castello*

Vice-Diretor *Prof. Dr. Eduardo Kneese de Mello*

## QUARTA DIRETORIA (1982 – 1986)

Diretora *Profa. Dra. Myriam Ellis*

Vice-Diretor *Prof. Dr. Carlos Drummond*

## QUINTA DIRETORIA (1986 – 1990)

Diretor *Prof. Dr. Ruy Gama*

Vice-Diretora *Profa. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto*

## SEXTA DIRETORIA (1990 – 1994)

Diretor *Prof. Dr. José Sebastião Witter*

Vice-Diretora *Profa. Dra. Marta Rossetti Batista*

## SÉTIMA DIRETORIA (1994 – 1998)

Diretora *Profa. Dra. Marta Rossetti Batista*

Vice-Diretor *Prof. Dr. Antonio Dimas*

## OITAVA DIRETORIA (1998 – 2002)

Diretor *Prof. Dr. Murillo Marx*

Vice-Diretora *Profa. Dra. Yédida Dias Lima*

## NONA DIRETORIA (2002 – 2006)

Diretor *Prof. Dr. István Jancsó*

Vice-Diretor *Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann*

## DÉCIMA DIRETORIA (2006 – 2010)

Diretora *Profa. Dra. Ana Lúcia Duarte Lanna*

Vice-Diretora *Profa. Dra. Marta Rosa Amoroso*



**E**m 1997, foi editado o *ABC do IEB* que apresentava a globalidade do acervo do Instituto, independentemente do estado de processamento de cada fundo ou coleção. Organizado por Marta Rossetti Batista, o guia foi, como ela mesma afirma em sua introdução, resultado da colaboração dos especialistas que atuam junto aos acervos do IEB e dos pesquisadores, bolsistas, pós-graduandos e estudiosos que trabalharam com seu variado acervo.

De 1997 a 2009, os acervos do IEB multiplicaram-se. Hoje são 91 fundos e coleções, além de vasta documentação resultante de pesquisa e documentação avulsa e geral. Em termos quantitativos, trata-se de aproximadamente 450 mil documentos no Arquivo, 180 mil livros na Biblioteca e 8 mil objetos na Coleção de Artes Visuais.

As incorporações realizadas pelo IEB são mantidas em sua integralidade e destinadas ao Arquivo, à Biblioteca e à Coleção de Artes Visuais segundo suas especificidades. Ao Arquivo cabe a organização dos documentos textuais e áudio-visuais, à Biblioteca, das obras publicadas e à Coleção de Artes Visuais, das obras de arte e objetos tridimensionais.

Ter sob a responsabilidade institucional este patrimônio cultural implica refletir e elaborar diretrizes afeitas à salvaguarda e à organização do acervo existente, bem como à incorporação de novas coleções. Estabelecer critérios e procedimentos significa elaborar ações que pensem de forma relacional a incorporação, a guarda e a disponibilização. Todas estas ações visam à preservação da memória, à produção do conhecimento, à extroversão e à publicização.

Esta publicação reafirma o objetivo do *ABC do IEB* de constituir-se em um instrumento de trabalho, seja para pesquisadores e docentes do IEB, seja para os de outros centros de pesquisa nacionais e estrangeiros, revelando “de forma integrada, a vastidão e a diversidade da documentação disponível e servindo como referência para a análise do acervo e de um planejamento sobre as políticas de conservação, tratamento e expansão.”

Este *Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros* apresenta a integralidade do seu acervo e também traz documentos e textos produzidos, nos últimos quatro anos, sobre a política de acervos

do Instituto, resultados de uma reflexão cotidiana que constituem diretrizes de ação para o ABC e pesquisadores do IEB.

Em 2006, um seminário reuniu especialistas de todo o Brasil que lidavam com instituições detentoras de acervos culturais e, sobretudo, arquivos pessoais. O encontro versou sobre os desafios da disponibilização e foi discutida a questão do acesso do pesquisador às fontes, os direitos autorais e de imagem, e várias outras limitações à efetiva transformação do acervo em bem público. O documento aprovado nesse seminário reafirma o compromisso do IEB com a ampla disponibilização de todos os seus acervos, reiterando o princípio fundamental de que a documentação sob sua guarda é pública e deve fomentar as mais diversas pesquisas e investigações.

O segundo documento, definido em 2008, apresenta a conclusão de um longo processo de discussão, interno ao IEB, sobre os procedimentos necessários para novas incorporações. Procurou-se qualificar as etapas técnicas de avaliação e garantir que a ampla e necessária discussão siga ritos e obedeça prazos.

O terceiro expressa o resultado de uma ampla reflexão que envolveu todos os funcionários e docentes do IEB. Coordenado pela Comissão de Serviços de Apoio (CSA), foi realizado um seminário cuja temática abordou as diversas etapas e desafios envolvidos nas novas incorporações. Documentos parciais foram divulgados e fomentaram as discussões. O texto aqui apresentado é, portanto, uma diretriz de ação e planejamento do IEB em relação aos acervos sob sua guarda.

Por fim, um texto da política do IEB sobre a digitalização e a virtualidade procura explicitar os procedimentos adotados e os resultados obtidos, com destaque para a elaboração de bancos de dados que sejam efetivos instrumentos de pesquisa, através dos quais pretende-se disponibilizar informações sobre a totalidade dos documentos.

Este Guia, resultado de trabalho coletivo, expressa a importância do Instituto no cenário acadêmico e intelectual, seja pelo significado do seu acervo, seja pelo trabalho de pesquisa cotidianamente realizado. As diretrizes relacionadas a este *corpus* documental resultam de reflexões coletivas que reafirmam a centralidade do projeto do IEB como centro de pesquisa multidisciplinar sobre a cultura brasileira.

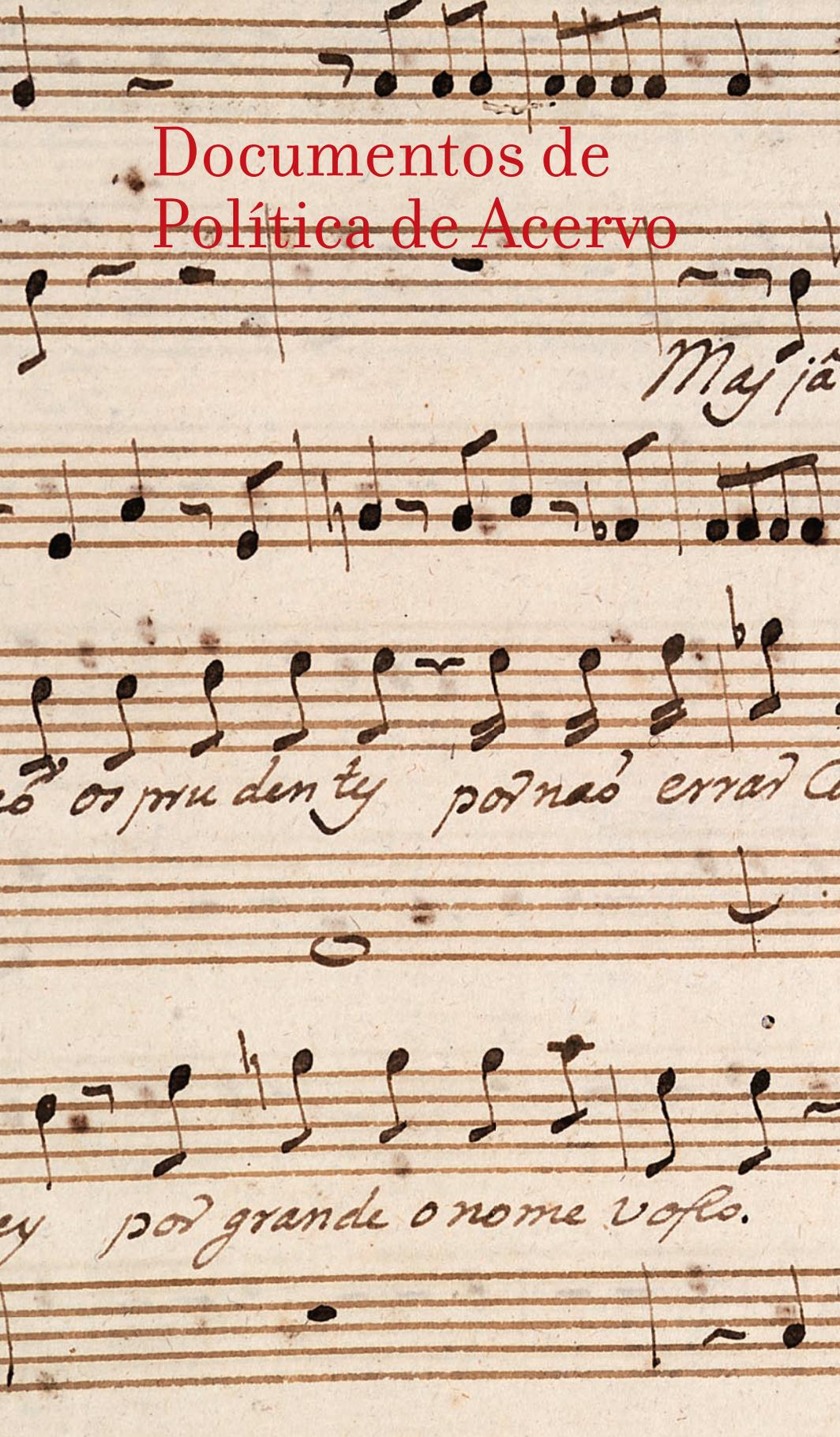


Lauzula mi Eot mai Earmonia

pen Eo Calarey Como Cal

Formo

mo do q. pofo Cede brary

A handwritten musical score on aged, yellowed paper. The score consists of five staves of music, each with a treble clef and a key signature of one flat (B-flat). The notes are written in black ink. The paper shows signs of age, including foxing and some staining. A red text overlay is positioned in the upper center of the page. The lyrics are written in a cursive hand below the notes.

Documentos de  
Política de Acervo

*Majjã*

*o os prudenty pot nas' errar C*

*ey pot grande o nome voflo.*



**O**s pesquisadores abaixo-assinados, reunidos no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo em 27 de novembro de 2006, se comprometem a adotar como política comum a permissão de acesso irrestrito à documentação existente em acervos de escritores, artistas e intelectuais, sob a guarda de instituições de ensino e pesquisa, como forma de democratizar a produção de conhecimento e preservar a memória cultural do país.

No exercício desse compromisso, envidarão esforços junto aos seus colegas pesquisadores e à administração superior de suas instituições, no sentido de obter respaldo acadêmico e jurídico que viabilize essa decisão e possibilite sua efetiva implementação.

São Paulo, 27 de novembro de 2006.

*Ana Lúcia Duarte Lanna* USP  
*Ana Maria Domingues de Oliveira* UNESP  
*Fernanda Maria Abreu Coutinho* UFCE  
*Marcos Antonio de Moraes* USP  
*Maria da Glória Bordini* PUCRS  
*Maria Neuma B. Cavalcante* UFCE  
*Maria Zilda Ferreira Cury* UFMG  
*Marisa Lajolo* UNICAMP  
*Monica Duarte Dantas* USP  
*Regina Zilberman* PUCRS  
*Sandra Guardini T. Vasconcelos* USP  
*Tânia de Luca* UNESP  
*Telé Porto Ancona Lopez* USP  
*Wander Melo Miranda* UFMG  
*Yédda Dias Lima* USP



# Critérios para incorporação de acervos ao IEB/USP

33

Documento preliminar apresentado pela Comissão de Serviços de Apoio, para subsidiar a discussão do Conselho Deliberativo do IEB

## **Apresentação**

As discussões sobre os critérios para a incorporação de acervos transcorrem há vários anos no IEB/USP no âmbito de sua Comissão de Serviços de Apoio (CSA), da qual participam docentes e funcionários dos diferentes setores do Instituto. Mais recentemente foram levantados os regulamentos correntes assim como realizadas reuniões de discussão das normas que são informalmente utilizadas no Instituto tanto para a incorporação de novos acervos como para orientar o fluxo de livros, objetos e documentos da etapa de tratamento ao momento da externalização dos acervos quando a este foram acrescidos o trabalho técnico (limpeza, restauro e sistematização arquivística) e especializado (estudos, exposições e publicações) realizados no Instituto.

Da mesma forma, foi estipulado um prazo mínimo para a regularização dos processos de doação das coleções do IEB, o que vem sendo cumprido nos últimos dois meses, tendo como resultado a redução significativa do número de pendências que jaziam na CSA por falta do termo de doação ou laudo técnico.

Assim, o presente documento visa avançar em direção a uma política clara de incorporação e de tratamento sistemático dos acervos, da guarda a externalização.

## **I. Diretrizes que orientam a política de ampliação de acervos do IEB**

O IEB incorpora acervos considerados notórios por:

1. Serem relacionados às áreas constitutivas do Instituto, a saber: Antropologia; Arquitetura; Artes Plásticas; Cinema; Direito; Economia; Educação; Geografia; História; Língua; Literatura; Música; Sociologia; Teatro; Toponímia.
2. Serem afeitos aos Estudos Brasileiros;
3. Estarem relacionados às áreas de pesquisa existentes e/ou emergentes no IEB consolidadas em projetos de pesquisa, grupos de estudos, etc.;

4. Terem características multidisciplinares;
5. Preservarem a integralidade do acervo mantendo a indissociabilidade entre suas diferentes partes.

Os acervos a serem incorporados deverão ser avaliados pela CSA e CD do IEB a partir de parecer técnico circunstanciado elaborado por docentes e especialistas do IEB ou por ele convidado.

## **II. Diretrizes que orientam a elaboração de parecer técnico-acadêmico**

Para avaliação da pertinência ou não da incorporação de novo acervo deve-se considerar, a partir dos elementos (1 a 4.) acima mencionados:

1. Mérito e excepcionalidade;
2. Complementariedade e/ou interface com acervos pré-existentes;
3. Compatibilidade com as áreas temáticas do IEB;
4. Superposição ou acréscimo qualificado em relação aos acervos existentes;
5. Acervo proposto em doação em relação ao acervo original;
6. Regularidade jurídica do acervo;
7. Estado de conservação e implicações decorrentes da guarda adequada;
8. Análise da adequação das cláusulas condicionantes do termo de doação;
9. Recursos humanos e financeiros disponíveis para viabilizar a incorporação. O novo acervo incorporado deverá estar disponível para consulta até dois anos após sua incorporação ao IEB;
10. Espaço físico, condições técnicas de guarda, pessoal especializado para realizar catalogação e/ou inventário básico como instrumento de pesquisa.

## **III. Procedimentos para a avaliação de incorporação de novos acervos**

1. Autuar a carta proponente de acervo originada da doação, aquisição ou permuta dirigida à direção do IEB;
2. Encaminhar a carta à CSA;
3. Designação pela CSA de comissão de avaliação constituída por docentes e especialistas;

4. Elaboração de parecer técnico-acadêmico contendo avaliação do acervo respeitando os itens descritos no item I deste documento;
5. Deliberação pela CSA sobre parecer técnico-acadêmico;
6. Encaminhamento ao Conselho Deliberativo do IEB;
7. Deliberação do CD;
8. Assinatura do Termo de Doação;
9. Publicação no Diário Oficial.

Observação: os procedimentos acima relacionados já foram aprovados em reunião do CD do IEB.

#### **IV. Compromisso de externalização dos acervos**

O IEB assumiu em novembro de 2006, em reunião com arquivos e bibliotecas afins, o compromisso de pautar suas atividades de expansão do acervo por um compromisso de democratização ampla do acesso. Tal compromisso deve orientar o estabelecimento de um cronograma de tratamento e externalização no momento que um acervo é incorporado, de forma a pautar as atividades dos diferentes setores do IEB.

*Marta Amoroso*  
Presidente da CSA/IEB  
abril de 2008

tenebre erāt sup faciem abissi: et spūs dñi ferebat sup aqs. **M** q̄ troianū bellū septingētis fere ānis antecessit edocet: quō de  
 doziretur: fecit p̄mū oīm celū: et ī s̄blime suspēdit: qd̄ cet sedes  
 celo s̄bdidit. **T**enebras aut̄ cōstituit ī terra. **N**ihil em̄ p̄se p̄tin  
 ē pennē: ⁊ superos ⁊ vitā p̄petuā. **E**t ī in terra tenebras: ⁊ inf  
 memorat tres errores **P**latonis. s. **A**restotilis ⁊ epicuri elidit.  
 p̄ncipio de yle mūdū fuisse factū testat. ylen greci p̄mā materiā  
 nec elemēta formata sunt. q̄ q̄dā p̄cordia p̄ueniūt. **A**ūtq; ceter  
 fuisse: de⁹ tñ mūdū sine p̄iaceti ⁊ p̄pata materia creauit: cū p̄uo  
 olertissim⁹ anteq̄ ordiret hoc op⁹ mūdi. qm̄ pleni ⁊ p̄summati  
 ⁹ ordiret. **A**ngelos ī p̄ncipio oīm creaturaz p̄mordiales fecit. ⁊  
 dīnē ptāt īmēse: q̄ fine ac mō caret: sic̄ vita facturis. **Q**uid ergo  
 aceret p̄pauit: ex eo qd̄ nō erat. **Q**d̄ intellexerūt forte ⁊ sarraceni  
 is ad lucē: ad̄pletosq; eterna leticia. **I**n q̄busdā tñ indolis diu  
 ono p̄ se malū effectū greci diabolū appellant: nos criminatozē v  
 diero. v̄l vt septingēta) inuisibil ⁊ icoposita: **Q**uā p̄ sui p̄fusio  
 blyssum vocat terrā. i. materiā trino dimēsu ī altissimas profun  
 dinit. **A**nte mare ⁊ terras ⁊ qd̄ tegit oīa celū. **U**n⁹ erat toto natu  
 digestaq; moles. **N**ec q̄c̄q; nisi pōdus iners: p̄gestaq; eodē. **N**  
 us adhuc mūdo p̄bebat lumina titan. **E**t spūs dñi: organus diu  
 t̄bitecti cū cuncta ad faciendū disponit. **C**ū perfecta sint opa de  
 ius partes. vnū: duo: tria sunt. que in trigonū surgāt. **I**n p̄  
 ationē. **I**n reliquis ornatum **M**oyfes per opera sex diez ostendit



O IEB, como órgão público pertencente à Universidade de São Paulo, reitera sua posição de garantir a plena disponibilização de seu Acervo, seguindo uma política de universalização de acesso. Além disso, se compromete a ter uma política ativa e propositiva de incorporação de novos acervos, assumindo que as pesquisas realizadas e as conexões por elas fomentadas provêm da urdidura entre linhas de pesquisa e Acervo, e que as diretrizes para se pensar futuras incorporações emergem precipuamente destes elos, bem como do critério fundamental de sua destinação pública.

O Acervo do IEB tem como elemento comum e articulador as temáticas afeitas aos Estudos Brasileiros, nas diversas áreas das humanidades. Nesse sentido, os eixos norteadores são constituídos por:

1. temas considerados notórios nas diversas áreas das humanidades, contempladas no regimento do IEB;
2. temas relacionados às áreas de pesquisa existentes e/ou emergentes, consolidadas em projetos de pesquisa, grupos de estudo e demais ações acadêmicas;
3. temas que apresentem caráter interdisciplinar;
4. aquisições que visem à complementação do Acervo já existente e das linhas de pesquisa do Instituto.

Apenas os acervos que contemplem pelo menos um desses itens serão submetidos à avaliação para possível incorporação.

O principal fórum de discussão, elaboração de diretrizes e procedimentos relativos ao Acervo do Instituto, seja no que se refere às incorporações, seja no que tange à política de descarte e ao planejamento de ações sobre o conjunto salvaguardado é a Comissão de Serviços de Apoio (CSA) – comissão regimental do IEB, cujas competências constam no seu artigo 45. Os procedimentos relativos à incorporação e possíveis descartes do acervo serão continuamente discutidos na CSA e encaminhados ao CD [Conselho Deliberativo] para deliberação.

As ações realizadas e seus resultados refletem a pesquisa e os procedimentos técnicos que o Acervo recebe no IEB, bem como sua atualização frente à Arquivística, à Preservação, à Biblioteconomia, à Museologia e à Ciência da Informação. Seja em relação ao conjunto existente, seja no tocante a futuras incorporações, é fundamental sublinhar que tais ações são frutos de longo e complexo trabalho que envolve todo o IEB.

Dentre essas ações destaca-se o processamento técnico inicial, que envolve as seguintes etapas:

1. Documentação de transferência: a produção de registros sobre a situação física do acervo quando de sua saída de lugar de origem;
2. Destinação dos documentos segundo sua natureza para Arquivo, Biblioteca e Coleção de Artes Visuais;
3. Higienização;
4. Acondicionamento inicial;
5. Catalogação.

Determina-se doravante que o Acervo do IEB será catalogado a partir da realização de um **inventário mínimo** – o que não exclui a elaboração de outros instrumentos de pesquisa. Por **inventário mínimo** entende-se o instrumento de consulta que reúna informações básicas e iniciais sobre os documentos. Para a Biblioteca este inventário será composto dos itens que integram o catálogo bibliográfico já existente e disponível para consulta no site do Instituto. Para o Arquivo e a Coleção de Artes Visuais o **inventário mínimo** corresponde à indexação no banco de dados do Catálogo Eletrônico – plataforma integradora que faculta a pesquisa online das informações sobre o Acervo do IEB.

Os campos que compõem o inventário mínimo são:

| Arquivo                 | Coleção de Artes Visuais | Biblioteca                            |
|-------------------------|--------------------------|---------------------------------------|
| acervo/coleção          | acervo/coleção           | acervo/coleção                        |
| cód. referencia/nº tomo | nº tomo                  | nº tomo                               |
| espécie/formato/tipo    | espécie/formato/tipo     |                                       |
| título                  | título                   | título                                |
| autor                   | autor                    | autor                                 |
| data                    | data                     | data de publicação/<br>editora/cidade |
| descrição/exposição     | descrição/exposição      | exposição                             |
|                         | dimensões                |                                       |
|                         | técnica                  |                                       |
|                         | tiragem/assinatura       |                                       |

A CSA e a comissão técnica ao elaborarem parecer sobre a viabilidade e a pertinência de incorporação de novos acervos definirão as ações sobre o acervo até sua disponibilização ao público, garantindo que, em prazo definido quando da incorporação, a nova coleção estará higienizada e indexada no Banco de Dados do Catálogo Eletrônico que corresponde ao **inventário mínimo** do IEB. Os novos acervos serão disponibilizados para consulta à medida que sejam indexados ao inventário mínimo.

Os acervos processados pelos diferentes setores do IEB, a saber, Arquivo, Biblioteca e Coleção de Artes Visuais, voltarão a se integrar em uma plataforma comum – o Banco de Dados – que se tornará, assim, instrumento de interface e comunicação entre as diversas partes do Instituto e de extroversão para pesquisadores e consulentes.

O Banco de Dados será disponibilizado no site do IEB. O site deverá ser, portanto, além de endereço de extroversão dos conteúdos e práticas institucionais, um local de pesquisa a divulgar os instrumentos de busca e, quando possível, a(s) obra(s) completa(s) do Acervo do Instituto, a exemplo do que é feito na Biblioteca Digital. A disponibilização de documentos e instrumentos de pesquisa via Banco de Dados impõe alguns desafios à instituição. Nesse sentido, ela deverá constantemente preservar e atualizar as mídias/suportes para que a informação não se perca. Outro desafio diz respeito aos limites definidos pela legislação referente a Direitos Autorais; é preciso envidar esforços no sentido de problematizar a legislação enfocando a relação entre Acervos Públicos e Patrimônio Cultural.

O IEB se compromete a oferecer a maior amplitude possível de acesso a seu Acervo a toda a sociedade. Objetivando a mais ampla divulgação do Acervo e dos instrumentos de pesquisa existentes, serão promovidos cursos, exposições, eventos, ações educativas e publicações, utilizando-se para tanto o site do Instituto. Neste mesmo sentido, os acervos existentes deverão estar disponibilizados através do inventário mínimo no Banco de Dados do Catálogo Eletrônico no prazo de três anos, garantindo a plena disponibilização pública dos documentos sob a guarda do IEB. Findo esse período, será realizada uma avaliação dos resultados obtidos.

Todos esses aspectos devem ser conduzidos e verificados pela Diretoria do IEB e pela CSA, sendo estas responsáveis pela avaliação dos relatórios relativos ao processamento técnico dos acervos. A Diretoria, juntamente com os serviços técnicos, elaborará um planejamento anual do IEB referente aos cuidados com o Acervo que será encaminhado para discussão na CSA e deliberação no CD. Este planejamento deverá indicar as coleções a serem priorizadas e as ações a serem implementadas.

Por fim, o IEB compromete-se a criar condições para que sua memória institucional seja preservada. Esta deverá, idealmente, estar contemplada em área específica do site.

Morro donde se estrae



## **Primeiros passos**

Já em 2004 o IEB iniciava a estruturação do setor de digitalização, contando, naquele momento, com um scanner planetário Zeutschel OS8000, duas scanners HP Scanjet II e um digitalizador de microfilmes Kodak 2400DSV alocados na Seção de Processamento de Imagem e Reprografia (ScProire). Hoje, em 2010, o Instituto ampliou seu parque de máquinas, atualizou os scanners de mesa e montou uma estrutura de fotografia digital que conta com duas câmeras Nikon e uma Hasselblad H2, possibilitando não só uma produção regular na faixa de 100 mil imagens/ano, mas também um salto na sua qualidade, o que deu ao Instituto a possibilidade de produzir imagens de qualidade para originais de grande formato e de suportes variados. Todavia, a estruturação de um acervo digital vai além da compra de equipamentos. Assim, a proposta desse texto é descrever como esse processo se deu no IEB, que hoje se consolidou como referência dentro e fora da Universidade.

## **A definição de padrões para digitalização**

Atualmente, a discussão sobre padrões de digitalização já se encontra bem difundida e, apesar da ausência de consenso, existem experiências mais adiantadas que auxiliam na definição de parâmetros e escolhas.

O primeiro passo no processo de montagem de um centro de digitalização passa necessariamente pela adoção de padrões para a captura das imagens, para a disponibilização e a distribuição, e para a definição de cópias de segurança para os arquivos digitais. Essa determinação de padrões é indispensável e deve anteceder o processo de digitalização. Todavia, é necessário ter a consciência de que, no "mundo digital", qualquer padrão é efêmero e deve ser reavaliado constantemente, em função da velocidade de atualização das tecnologias envolvidas.

Ao tratarmos de imagens digitais, estamos em uma área que, nos últimos anos, estendeu muito seus horizontes. Para se ter idéia, levando em conta somente a resolução das imagens, o que há cinco anos poderia ser obtido apenas com equipamentos profissionais de alto custo, hoje pode ser produzido em simples aparelhos celulares.

Desta forma, para falarmos de padrões de digitalização temos de ter em mente que:

1. Não existem padrões nem produtos definitivos; todo e qualquer padrão deve ser constantemente reavaliado e toda produção digital (imagens, *softwares*, sistemas de busca, etc.) tendem a ser superados.
2. Nenhum padrão de armazenamento tem garantia de perenidade; tanto o formato quanto a mídia em que o arquivo está gravado tendem a se tornarem obsoletos.
3. Os padrões atuais de resolução são apenas referência ao disponível na época; a alta-resolução de hoje tende a ser a baixa-resolução de amanhã.

Essa constante mutação não diminui a importância da definição dos padrões, muito pelo contrário: é a existência de padrões pré-estabelecidos que permite uma migração segura. O fundamental é reavaliar regularmente os padrões adotados em todas as etapas do processo.

## **Padrões de captura na geração de matrizes digitais**

Entendemos como matriz digital aquela imagem que, dentro dos limites técnicos impostos, reproduz o original da melhor forma possível. Sua produção segue padrões pré-estabelecidos para garantir a fidelidade. É importante lembrar que ela é produzida com o intuito de atender ao maior número de demandas possíveis, sendo que, a partir delas, são gerados os subprodutos para atender necessidades específicas.

### *Resolução de captura*

Ao falarmos de padrões de captura, a primeira idéia que vem à mente da maioria das pessoas está ligada a sua resolução, porém este é apenas um dos vários itens a serem considerados.

Muito se fala em “300 dpi em tamanho original”, o que guarda sua validade, mas seu uso generalizado sem a real compreensão do sentido gera mais problemas que soluções. O olho humano é capaz, em média, de reconhecer, na distância de leitura, algo em torno de 280 pontos por polegada (dpi). Acima disso, vemos apenas como uma linha contínua. Assim, algo impresso a 300 dpi será percebido pelo observador como contínuo, sem que seja capaz de reconhecer os pontos que compõem a imagem. Temos então o primeiro

problema: *dpi* é uma medida para a *saída* (impressão) e não para a captura da imagem, não fazendo sentido em relação ao tamanho do original. Para ficar claro: supondo a captura de uma pintura, originalmente com 1 m de largura, que será reproduzida em um catálogo, com metade do seu tamanho, precisaremos ter os 300 pontos por polegada em 50 cm e não em 1 m. O mesmo se aplica ao caso inverso: se a mesma pintura for reproduzida em um *banner* com 2 m de largura, os 300 dpi deverão aparecer nesta última medida.

Para a resolução de captura de imagem, utiliza-se uma outra medida, hoje popularizada pelas câmeras digitais, que representa o número de pontos que compõem a *imagem*: o megapixel. Apenas para critério de comparação, para se imprimir uma página tamanho A4 a 300 dpi é necessário que a imagem capturada tenha algo entor-no de 8 milhões de pontos, ou seja, 8 megapixels.

Considerando que nem sempre se tem claramente no momento da digitalização qual será o tamanho da saída e nem qual a qualidade desta saída, via de regra, tende-se a optar pela solução aparentemente simples de “digitalizar na maior resolução possível”, o que, à primeira vista, pode parecer dar conta de todos os problemas. Infelizmente, a realidade não é bem esta, pois, quanto maior a resolução de captura, maior o tamanho do arquivo digital e, conseqüentemente, do espaço de armazenamento, do tempo para as gravações etc., tornando mais complexo e dispendioso todo o processo. Ainda assim, poderia-se pensar “teremos um maior custo, porém teremos uma ‘digitalização definitiva!’”, mas, como já dissemos anteriormente, não existe produto definitivo.

Diante deste quadro, no IEB estabelecemos a política de definir a resolução máxima a ser utilizada para cada tipo de digitalização a partir da análise de diferentes fatores como:

1. Aplicação imediata: em certos casos, o próprio uso previsto para determinada imagem já define será sua digitalização na qualidade máxima disponível.
2. Potencialidade de uso desta imagem: um texto impresso, cuja provável utilização seja a recuperação do conteúdo escrito, só precisa da resolução necessária para sua leitura e eventual impressão em dispositivos domésticos; já um manuscrito pode demandar maior capacidade de observação de detalhes para análises paleográficas, exigindo uma maior resolução para permitir sua ampliação.

3. Nível de detalhamento: imagens (mapas, pinturas, plantas arquitetônicas etc.) podem conter detalhes que precisem ser analisados separadamente, sendo necessário, portanto, uma captura que possibilite ampliação.
4. Dificuldade de acesso ao original e estado de conservação: as condições de acesso e manuseio do original (como estado de deterioração ou pertencimento a outra instituição) podem inviabilizar uma nova digitalização, justificando que esta seja feita na máxima resolução possível.

#### *Consistência de cor*

Algumas vezes, a decisão da forma de digitalização não está vinculada diretamente à resolução, mas sim à capacidade do equipamento em reproduzir com maior “fidelidade” as cores do documento original. Primeiro, é preciso lembrar que a cor é resultado de estímulos ao nervo ótico causado pela diferença na reflexão da luz, ou seja, além de depender da iluminação no momento da observação, é praticamente uma sensação do observador. Por isso, preferimos a idéia de *consistência de cor*, a qual consiste em possibilitar que, através de uma tabela de referência presente na imagem, esta possa ser reconstituída com uma cor semelhante à do documento, preservando assim as características originais – o que, em alguns casos, pode ser fundamental para a sua validade.

Neste processo, são utilizadas as tabelas de cinza (cartões impressos e certificados, com quadros brancos, pretos e cinzas) que servem de referência para a calibração das cores. Algumas dessas tabelas possuem escala métrica, fornecendo adicionalmente a referência do tamanho do original, permitindo sua recuperação pela comparação.

#### *Integralidade do documento*

Para que a reprodução resultante de digitalização de uma documentação histórica tenha validade para um pesquisador, precisa-se ter a certeza de sua integralidade. Para isso, alguns fatores são fundamentais.

1. Totalidade da imagem: ao digitalizar um documento, deve-se ter o cuidado de manter os limites externos separados do limite da área digitalizada por uma margem de segurança, de forma que o pesquisador possa ter a certeza de sua totalidade.

2. Sem intervenções na imagem: apesar da grande tentação de corrigir pequenos defeitos e imperfeições, adotamos como critério não interferir na imagem, para que o pesquisador tenha, dentro do possível, uma cópia fiel do original.
3. Registro do verso e páginas em branco: ao suprimir um verso ou uma página em branco, dá-se margem a dúvidas sobre sua integridade, por isso, sempre que viável, procuramos registrá-los.

### **Cópias de segurança**

Dentre as dificuldades da montagem de um centro de digitalização, certamente a mais trabalhosa e onerosa. O maior dos obstáculos está em conciliar a segurança da informação com a facilidade de acesso. No caso do IEB, as condições iniciais e o cenário tecnológico impuseram a realização destas cópias em mídias de CD/DVD, as quais hoje, em função do crescimento da produção e conseqüentemente do volume total de arquivos digitais, demonstrou ser pouco eficiente. Optou-se, então, pela adoção de equipamentos de grandes capacidades de armazenamento digital em discos rígidos (*Storage*) e de unidades automatizadas de *back-up* em fitas LTO, procedimento que ainda não foi aplicado, uma vez que se encontra em fase de viabilização financeira, junto a instituições de fomento a pesquisa.

### **Disponibilização e extroversão de acervos digitais**

A função primordial de uma digitalização é sua extroversão, seja através de sua reprodução em publicações, seja na possibilidade de acessos múltiplos e simultâneos, presenciais ou à distância, por meio de uma copia digital. Não se trata de substituir o original por uma cópia digital, e sim de potencializar as possibilidades de acesso e, até mesmo, favorecer, em certa medida, a conservação do original pela redução do contato direto com ele.

Até o momento, falamos de como são geradas as matrizes digitais e das suas dificuldades de produção e manutenção, sempre tendo como foco a qualidade da imagem. No entanto, quando entramos no universo da extroversão, precisamos acrescentar mais uma variável a esta já complicada equação: a usabilidade desses arquivos. Isso porque nem sempre é possível distribuir a imagem no padrão da matriz digital para o público interessado, seja pela limitação do equipamento disponível ao interessado, seja pela limitação dos meios

de distribuição. Surge, assim, a necessidade da geração de produtos específicos para atender as diferentes demandas. Por exemplo: se uma obra rara foi digitalizada em qualidade suficiente para uma eventual publicação *fac-similar*, para ser consultada em meio digital podemos reduzir sua resolução sem perda na qualidade de leitura, o que diminui a exigência do equipamento de consulta. No caso de uma disponibilização *on-line* via *internet*, essa redução é que garante a viabilidade de uso por um maior número de consulentes.

Existem diversos padrões que podem ser adotados para os produtos de extroversão. No IEB, optou-se pelo uso dos mais difundidos, a fim de potencializar a capacidade de difusão.

Certamente, por mais complexos e trabalhosos que sejam os processos de captura de imagens, de geração de matrizes digitais e de confecção dos produtos de extroversão, seu conjunto não representa a maior parte do tempo e do trabalho envolvidos na construção efetiva de um acervo digital funcional. A despeito de toda visibilidade conquistada por eles, sua utilidade/funcionalidade está intimamente ligada a dois outros processos essenciais: um, anterior a digitalização, é a seleção dos itens a ser digitalizados; o outro, o cadastramento deste acervo em uma base de dados passível de ser consultada para a localização das imagens.

### **Política de seleção do material e de sua extroversão**

Nenhuma digitalização deve anteceder a definição de uma política clara de seleção e extroversão. É através das diretivas desta política que podemos definir o melhor equipamento e padrão de captura, os produtos gerados a partir das matrizes digitais, os *hardwares* para armazenamento e *back-up*, e disponibilização.

Definida a política de seleção, começa o trabalho de especialistas e pesquisadores na efetiva escolha do material a ser digitalizado. Novamente, não estamos diante de uma tarefa simples e, na maioria dos casos, a disponibilidade de equipamentos e/ou de pessoal mostra ser o grande limitador. Para melhor elucidar o problema, partiremos de um exemplo: a Biblioteca do IEB, com um montante aproximado de 180 mil volumes. Pela atual estrutura disponível, um acervo desta magnitude exige que o processo de digitalização seja fracionado, dividido em grupos que podem ser temáticos, cronológicos, genealógicos etc. É importante notar que a eficiência do resultado da extroversão está ligada à coesão dos grupos e ao seu

percentual de digitalização. A experiência nos mostrou que a digitalização de forma pulverizada atrai a atenção de muitos, mas representa pouco resultado efetivo, ao passo que, quando a digitalização se concentra em um determinado agrupamento, se por um lado reduz o número de pesquisadores atendidos, por outro, transforma-se em uma ferramenta de pesquisa muito mais eficaz. Obviamente que, como tal, a eleição de grupos de obras a serem digitalizadas traz consigo os problemas inerentes a qualquer escolha.

Além das questões tratadas acima, devemos levar em conta alguns outros fatores importantes no processo de seleção das obras a serem digitalizadas:

1. Questões relacionadas a **direitos autorais**.
2. A **viabilidade técnica** de digitalização em função de características físicas dos documentos e equipamentos disponíveis.
3. As **condições de acesso**, priorizando aqueles que pela sua raridade têm seu acesso mais restrito dentro ou fora da instituição.
4. **Disponibilidade eletrônica**, evitando investir tempo para disponibilizar algo já disponível. A dificuldade é dada pela concomitância de projetos de digitalização e a quase ausência de comunicação entre eles.

Dessa maneira, podemos observar que o processo de seleção de obras para digitalização exige uma reavaliação constante, tanto ou mais que os processos de definição de padrões para captura.

Embora o exposto acima nos dê uma idéia do panorama geral da digitalização no IEB, faz-se necessário ainda destacar alguns pontos em relação aos acervos do Arquivo e da Coleção de Artes Visuais. Ao tratarmos desta, um dos grandes desafios está ligado à própria natureza do acervo, o qual exige uma qualidade de imagem que busque manter ao máximo aspectos da cor e da textura do suporte, além de detalhes da técnica utilizada, em originais muitas vezes de grande formato e/ou tridimensionais.

Já no caso do Arquivo do IEB, a dificuldade está no gerenciamento das digitalizações. Se para a Biblioteca uma unidade (livro, periódico etc.) é composta por dezenas de imagens em suporte de papel, normalmente em tamanhos regulares, isto nem sempre se aplica ao acervo do Arquivo, onde um documento pode variar de um pequeno pedaço de papel a mapas com mais de 2m, de uma única folha a um caderno de manuscritos, passando por fotos, negativos, telas, xilografuras etc., compondo um universo de mais de 450 mil

documentos nos mais variados suportes e formatos, cada qual com suas necessidades específicas de informações para sua correta identificação. Visando a solucionar este problema, está em implantação no IEB um sistema de cadastramento eletrônico, onde os dados de cada documento são inseridos por especialistas antes da solicitação de sua digitalização, o que possibilitará no futuro sua extroversão.

### **Catálogo eletrônico IEB: histórico e descrição**

Até o início de 2009, o setor de Arquivo do IEB dispunha de escassos instrumentos de pesquisa informatizados para a consulta dos documentos de seus acervos, frutos de projetos isolados de organização de fundos pessoais específicos. Entre eles, podemos citar o catálogo da correspondência do Fundo Mário de Andrade, disponibilizado no site do IEB; o catálogo do Fundo Pierre Monbeig, acessível somente para consulta interna; os catálogos do Fundo Anita Malfatti e da correspondência do Fundo Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, localizados na *intranet* da instituição, mas não utilizados. No mais, os instrumentos de pesquisa dos outros fundos organizados tomavam a forma de extensos catálogos impressos, de difícil manipulação e recuperação de informações.

Em vista desse quadro, e visando a um aprimoramento dos processos de organização e publicação dos seus acervos, foi iniciado um projeto de implementação e implantação de um catálogo eletrônico institucional conjunto para os setores do Arquivo e da Coleção de Artes Visuais do IEB que satisfizesse os seguintes propósitos:

1. Armazenasse informações descritivas das unidades constitutivas dos acervos existentes – documentos, obras de arte e objetos tridimensionais –, respeitando sua especificidade;
2. Armazenasse informações sobre as formas de agrupamento dessas unidades, de acordo com o processo de organização de cada acervo;
3. Disponibilizasse as informações armazenadas para o público consulente, por meio do site da instituição, permitindo a localização das unidades dos acervos através de uma ferramenta informatizada de busca.
4. Permitisse a adição, alteração ou exclusão de acervos ou unidades constitutivas, de acordo com as necessidades dos setores;
5. Exibisse para o consulente, quando disponível, imagens das unidades dos acervos.

Tecnologicamente, a construção do catálogo eletrônico exigiu a modelagem e implementação de um banco de dados relacional para o armazenamento das informações dos acervos, unidades constitutivas e seus agrupamentos, e de uma aplicação *web* que constituísse o *front-end* desse banco de dados, dividida em dois módulos: a) módulo de manutenção e gerenciamento de acervos, de uso interno; b) módulo de consulta, para ser disponibilizado para consulentes via *internet*.

Um dos resultados da confecção do catálogo eletrônico foi alcançar uma padronização na forma como as unidades dos acervos são descritas. A partir disso, os responsáveis pela organização dos acervos podem inserir ou atualizar os dados dos documentos, obras ou objetos diretamente no repositório de dados.

Para os documentos do Arquivo, o catálogo sugere o preenchimento das seguintes informações descritivas básicas:

- Código de referência;
- Unidade de armazenamento;
- Espécie documental;
- Título (quando explícito);
- Suporte;
- Descrição;
- Local de produção;
- Data de produção;
- Autoria;
- Estado de conservação;
- Observações.

Para a Coleção de Artes Visuais, herdou-se o modelo descritivo já praticado no setor de maneira uniforme:

- Número de tombo;
- Título/Tema;
- Autor;
- Técnica;
- Descrição da obra;
- Data;
- etc.

Em especial, para os acervos do Arquivo, o catálogo eletrônico também permite o arranjo das unidades dos acervos de acordo com agrupamentos lógicos – séries, subséries, grupos, eventos, assuntos, etc. O Fundo Anita Malfatti, por exemplo, organiza-se em função de

séries (Cadernos, Correspondência, Manuscritos, etc.) e subséries (da série Manuscritos: Biográficos/artísticos, Ensino, etc.):

Ao consulente está facultado o acesso às informações dos acervos por duas formas:

1. Visualização completa de todos os acervos do Arquivo ou da Coleção de Artes Visuais, agrupamentos lógicos e unidades constitutivas, exibidos em estrutura hierárquica (Setor → Acervo → (Agrupamentos lógicos) → Unidade do acervo), em navegação via hipertexto.
2. Busca de unidades de acervo específicas via critérios escolhidos pelo próprio consulente: palavras-chave, espécie documental, idioma, local de produção, data, etc.

Cada unidade constitutiva de acervo, portanto, é dotado de uma ficha descritiva única, acessível para consulta, e à qual podemos adicionar, potencialmente, inúmeras outras informações adicionais, conforme a necessidade. No estágio atual do catálogo eletrônico, a imagem do documento ou da obra de arte já pode ser anexada à sua ficha. Mas, eventualmente, com esforço relativamente reduzido, pode-se anexar à ficha outros tipos de arquivo: documentos relacionados, sons, vídeos, etc.

Adicionalmente ao trabalho de criação do módulo de manutenção e gerenciamento de acervos e do módulo de consulta do catálogo eletrônico, está em curso um contundente esforço de migração das informações dos acervos, originalmente armazenadas em bancos de dados avulsos e outros tipos de arquivos digitais. Como consequência desse trabalho de migração, já foi possível disponibilizar no catálogo eletrônico do IEB quase 80 mil registros.

O Catálogo Eletrônico IEB representa um grande avanço no modo como a instituição trata e disponibiliza seus acervos para consulta. À equipe técnica que organiza os acervos é oferecido um modelo de trabalho e uma ferramenta completa para descrição de acervos e suas unidades constitutivas. Ao consulente é exponenciada a facilidade de localização dos itens de seu interesse.

### **Acervos digitais: novos desafios**

Nesse tipo de discussão, é fundamental estabelecer uma diferença básica: acervos digitalizados são aqueles que foram produzidos a partir das digitalizações de acervos físicos e correspondem a

uma cópia digital daquele acervo original, enquanto acervos digitais se referem ao universo do material produzido já em meio digital pelo próprio autor, desde documentos administrativos, registro fotográfico de eventos e/ou atividades, etc.

Além do aspecto histórico desta produção, atualmente a legislação exige a guarda destes arquivos:

São documentos de arquivo todos os registros de informação, em qualquer suporte, inclusive o magnético ou óptico, produzidos, recebidos ou acumulados.

(Decreto do Estado de São Paulo n. 48.897/2004, art. 3º)

As disposições deste decreto aplicam-se também aos documentos arquivísticos eletrônicos

(Decreto do Estado de São Paulo n. 48.897/2004, art. 41)

Desta forma, fica colocada na ordem do dia a definição de estratégias de preservação dos acervos digitais, a fim controlar os riscos da degradação de suportes (mídias) e formatos, garantir também a manutenção do ambiente tecnológico mantendo a infra-estrutura necessária para acesso e utilização destes acervos.

É importante lembrar que não se trata de pura e simplesmente produzir um amontoado digital; é necessário que este seja tratado dentro das normas arquivísticas, assegurando a possibilidade de recuperação no futuro, não apenas das informações relativas ao conteúdo do documento como das informações sobre a geração do mesmo (metadados).

Sendo assim, estruturar um acervo digital exige planejamento arquivístico e infra-estrutura de informática complexos, na medida em que seu crescimento se dá de forma exponencial. Apenas para ilustrar, pensemos no caso deste texto que, apesar de apresentado ao leitor em sua forma impressa, possui um original digital em um programa de processamento de texto onde foi composto, uma versão digital em um *software* de diagramação onde adquiriu a sua forma final de impressão e, só por fim, sua versão impressa que representa, na verdade, uma cópia da versão original em meio digital. Lembremos ainda que esta é uma simplificação, pois voltando ao exemplo do próprio texto, ele foi composto da compilação de três outros arquivos de autores diferentes e, durante seu processo de preparação, foi distribuído, revisado, alterado, recompilado, gerando, a cada passo

deste processo, novos arquivos digitais igualmente importantes para o registro da memória. Portanto, esses arquivos digitais, como originais que são, devem ser tratados como documentos de memória, catalogados, arquivados e passar a integrar o acervo digital.

## **Conclusão**

Vimos que os processos vinculados ao mundo digital têm, em sua própria essência, uma volatilidade que exige a constante reavaliação de estratégias e adequações tecnológicas para garantir sua sobrevivência e funcionalidade, tanto no que diz respeito a acervos digitais como digitalizados. Com o surgimento dos documentos digitais e digitalizados, alguns vislumbraram o fim dos acervos e de seus profissionais especializados, porém, ao longo deste texto, procuramos mostrar que a construção de um acervo digital só se faz com a participação ativa de arquivistas, bibliotecários, especialistas em imagens, profissionais de informática, e da instituição como um todo.

Desse modo, uma digitalização de acervos de magnitude e importância, como os que compõem o IEB, necessita de normas e padrões de qualidade a fim de garantir sua confiabilidade e sua extensão, potencializando-os assim como fonte para pesquisas, o que temos empreendido no Instituto ao longo dos últimos anos.

*Denis Machado Rossi*

*Frederico Antonio Camillo Camargo*

*Renato Cezar Muñoz*